

CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DE REPRESENTANTESASSUNTO:- " O ENSINO PAGO "

A-: INTRODUÇÃO

Falando-se no papel da Educação nos países "em desenvolvimento", o que significa dizer: subdesenvolvido, o Ensino representa o elemento decisivo que trará a autonomia econômica, Política e social, autonomia esta, fundamentada na conquista de uma tecnologia própria e independente. Estaria a educação brasileira desenvolvendo o seu papel?

Fala-se muito, e com razão, em crise, e especificadamente em Crise do Ensino Universitário. Esta, é um reflexo da estrutura sócio econômica e portanto, não só " universitária", e sim institucional.

Foi pensando na importância da análise desta crise, e de todas/as alternativas apresentadas para superá-la, que estamos pesquisando.

Agora, atemo-nos a um ponto específico e importantíssimo da Reforma:- o "ENSINO PAGO", que já está parcialmente implantado, e prometido para a USP em 1973.

Não conseguiríamos entender a proposta do "ENSINO PAGO", sem ligá-lo ao sentido geral da Reforma, compreendendo seus aspectos mais significativos.

Com certeza, é difícil entender como vai ser aplicado o "ENSINO PAGO" em todos os seus detalhes, pois apesar deste fato despertar o interesse de grandes faixas da população, não houve a devida divulgação pelos órgãos responsáveis (o Ministro Passarinho, "remeteu o problema à alçada exclusiva do presidente da República, receando que a discussão fosse inoportuna"- Revista Visão de 05/06/72) .

B- O "ENSINO PAGO" - RAÍZES

A efetiva concretização da Reforma Universitária, tem início em 65, com o Relatório Atcon, propondo a transformação da Universidade/Fundação, e a instituição do "ENSINO PAGO".

Logo após, surge o Acordo MEC-USAID, inspirado no anterior, também colocando a Universidade lado a lado com os interesses empresariais. O Relatório Meira Matos, vem complementar os dois primeiros, juntamente com o Projeto da Comissão Federal.

Finalmente com a Constituição de 1969, o "ENSINO PAGO" é transformado em lei.

1. "ENSINO GRATUITO"- "ENSINO PÚBLICO"

Antes de mais nada, é necessário que se desfaça um grande equívoco que ocorre aqui quando nos referimos ao "ENSINO PAGO".

Não interessa aqui, fazer a apologia do Ensino Gratuito, que nunca existiu, e sim do "ENSINO PÚBLICO", que já financiamos, através / dos impostos diretos (Imp. de Renda) e indiretos (IPI, ICM, ISS...), não incluindo a renda fantástica arrecadada pela Loteria Esportiva.

O que se pretende é um segundo pagamento do ensino, além do o- / pela arrecadação dos impostos, colaborando para uma elitização maior da que atualmente sofremos, no Ensino Brasileiro, contradizendo as afirmações do Cel. Passarinho, que afirma ser o "ENSINO PAGO", uma forma de democratizar a Educação (?).

O critério adotado para o pagamento das anuidades seria o seguinte. (de acordo com a entrevista do Coronel Jarbas Passarinho, para a TV GLOBO, no dia 27/09/72).:-

FAIXA	SALÁRIO MENSAL	ALÍQUOTA I.R.	MENSALIDADE	ANO	MES
1ª	Até Cr\$ 620,00	até 3%	1 sal. min.	-	-
2ª	Cr\$620,00 a 830,00	3% - 6%	2 sal. min.	537,60	- 53,76
3ª	Cr\$830,00 a 1450,00	6%-10%	4 sal. min.	1176,20	-117,62
4ª	Cr\$1450,00 a 6200,00	10%-30%	11 sal. min.	2956,80	-295,68
5ª	mais de 6200,00	mais/30%	12 sal. min.	3225,60	-322,56

Mesmo reconhecendo o alto preço dessas taxas, não devemos nos ater a este pormenor, e sim ao aspecto mais profundo da questão: seu caráter ELITIZANTE; pois se enfocarmos só o aspecto dos altos preços (e ninguém nega o absurdo deles) estaríamos inevitavelmente justificando o "ENSINO PAGO", além do que correríamos o risco de sermos surpreendidos por uma atitude paternalista do MEC - a de reduzir as taxas, "esquecendo-se" de suprimi-las, já que "atendeu aos nossos pedidos".

A experiência de outras fundações prova que os valores iniciais podem ser pequenos - uma taxa simbólica - mas com o tempo, tendem a transformar-se numa mensalidade em condições de concorrer com as atuais faculdades privadas. Exemplo disso é a faculdade de Ciências econômicas e administrativas de Santo André. (a anuidade foi elevada em 2.610%, desde a época em que deixou de ser pública, enquanto o salário mínimo subiu 320%).

2. ELITIZAÇÃO

- Segundo pesquisa realizada pelo IPE em 1971, constatou-se que:
- mais da metade dos estudantes universitários (50,5%) se enquadraram no estrato médio superior.
 - quase um terço (31,4%) provem do estrato médio inferior.
 - pouco mais de um décimo (11,9%) compõem o grupo do estrato inferior.
 - somente 3,7% dos alunos são de famílias situadas no estrato superior.

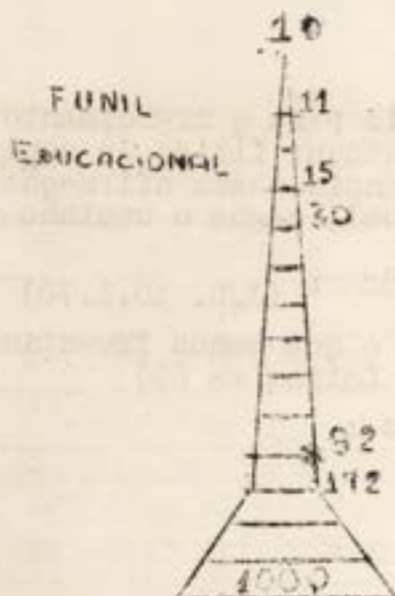
Baseando-se nestes dados, verificamos a inviabilidade da justificativa na qual, o Min. Passarinho fundamenta o "Ensino Pago" (... "visa criar uma sociedade solidária, em que o governo "carrêar os recursos do rico para o pobre")

Cobrar, não significa eliminar a predominância de uma classe (bem clara nesta pesquisa), pelo contrário, irá aumentá-la; quem pode pagar, o fará, sem qualquer problema, mas aquele que hoje não tem condição de arcar com o Ensino Público, não será através de um "segundo" pagamento, que terá maior acesso às Universidades.

O verdadeiro obstáculo que impede a grande maioria (os pobres), de chegar à Universidade, está ligado diretamente a fatores estruturais que caracterizam nossa situação de subdesenvolvimento. Já mais se pode afirmar que existe Ensino Democrático.

Analisar o problema, sem considerar o que se passa socialmente é ignorância. O ensino brasileiro é privilégio de elite, e não serão bolsas reembolsáveis que permitirão às faixas marginalizadas da população, a oportunidade de cursar o ensino superior.

Os números mostram o famoso funil educacional:



No Brasil, dos 1.000 que entram na escola primária, 172 concluem o curso. Desses, 92 ingressam no ginásio sendo que 30 concluem o colégio, 15 ingressam a universidade, 11 se graduam em licenciatura curta e 10 em licenciatura plena. O nº 1000 refere-se aos que venceram todos os obstáculos (pobreza, inexistência de escolas, falta de vagas...) e conseguiram ingressar no primário" (Revista Escola nº 3 - Maio/72)

O próprio Ministro reconhece isto, na sua afirmação: "O quadro do ensino primário é dramático, porque apenas 18,1% concluem este curso e esta evasão tem como causa principal, o problema sócio-econômico" (O Globo-28.1.70)

3. BOLSAS REEMBOLSÁVEIS

Segundo o Min. J. Passarinho, o sistema de bolsas viria democratizar a Universidade, já que esta, como nós mesmos constatamos, pelos dados do IPE, é elitizada. Só não aceitamos a afirmação de que as bolsas solucionariam este problema.

O projeto apresentado pelo Min. Passarinho, fundamenta-se na seguinte idéia: "Sou favorável à cobrança de Anuidades. Com o dinheiro, poderíamos manter os estudos para os mais pobres, que precisam, além da escola gratuita, comer, beber, dormir e vestir-se. O estudante receberia uma bolsa de manutenção e a reembolsaria posteriormente (ao governo), quando começasse a pagar o imposto de renda, ou seja: "Quando conseguisse um bom emprego".

O espírito de Robin Hood do Ministro nos deixa preocupados principalmente por inverter a idéia básica dos pobres para dar para os pobres, aliás, não é bem "dar" o termo, pois terá que se devolver mais tarde.

Os estudantes que atualmente recebem bolsas de alimentação, atendimento médico hospitalar, e os que antes de 68 tinham seu problema de habitação parcialmente resolvido (CRUSP), passarão com as bolsas, a pagá-las quando conseguirem um bom emprego, ou através do reembolso com a prestação de serviços cívicos, onde o universitário, se compromete a trabalhar de graça, mas mantido pelo governo, por período determinado numa região carente. Transamazônica? Adquirem uma dívida hoje inexistente.

"A substituição do ensino público pelo pago e o critério usado para distribuição de bolsas, demonstra as intenções paternalistas de institucionalizar privilégios, eliminando-se do ensino superior os alunos de menores recursos, convertendo um direito de todos numa concessão a alguns. Transformando em caridade o que é um direito duramente conquistado pelo homem". (E. Viotti)

É uma forma do governo, cada vez mais se distanciar da função de oferecer educação ao povo. Segundo a declaração dos participantes do Iº Encontro de Reitores de Universidades Públicas, o ensino pago é essencial, mas não influencia o balanço orçamentário. (Veja, nº 207).

De acordo com o Min. Passarinho ... "nenhum economista bem in-

formado nega hoje que a educação contribui mais para o crescimento do produto real do que a própria acumulação do estoque físico do capital" (Diário de SP-1/3/70). Compreendendo a importância desta afirmação, perguntamos: Por que a política econômica atual, segue o caminho oposto?

- Diminuição gradativa do orçamento da educação : (J.B. 30.1.70)

1965 - 11%	1968 - 7,7%
66 - 9,7%	69 - 6,6%
67 - 7,7%	70 - 6,2%

(O Brasil foi o que menos investiu na A. Latina em 69)

- Má distribuição do PNB pelos devidos setores :

Orçamento para a União - 1973	
Min. da Educação -	2.283.813.200
Exército -	2.942.013.900
Marinha -	1.447.253.400
Aeronautica -	396.214.400

Conclui-se que existem outros setores que são considerados mais prioritários do que a Educação.

UNIVERSIDADE, PARA QUEM ?

Dentro da atual política econômica ("Desenvolvimentista"), onde o setor industrial é o mais privilegiado, em detrimento dos demais, não é de se admirar que o espírito empresarial contamine a educação.

A política educacional veio, em decorrência, apresentar-nos a nova universidade, concebida como empresa.

Na nossa concepção, a função da universidade é promover o desenvolvimento da pesquisa e da ciência, para a formação de profissionais e divulgação da cultura, em função dos interesses coletivos, e não de grupos minoritários (empresariais). Mas o que norteia o conceito da Univ. Empresa é a visão de ensino como investimento, onde "o aluno é visto como matéria prima (enquanto aluno) e mercadoria a ser lançada no mercado, quando formado". Já os professores são vistos como força de trabalho.

Segundo o Conselho Federal de Educação "... os jovens constituem recursos humanos custosos e desperdiça-los implicaria numa atitude tão desastrosa como a de uma empresa certamente condenada à falência, que declarasse imprestável a metade da matéria prima para sua produção industrial." O "Ensino Pago" é parte inerente do espírito empresarial da Reforma, já que desobriga gradativamente o Estado do financiamento da Educação, transferindo esta tarefa aos estudantes e a setores privados do país. Ora, estes setores privados, (indústrias, empresas) vão encarar a Univ. como mais um de seus grandes negócios, como mais uma mercadoria geradora de lucros.

Considerando-se que a maior parte das empresas são estrangeiras, ou contam com grande parte do capital estrangeiro, podemos concluir que a Univ. passa a satisfazer interesses externos, deixando de lado, seu papel fundamental: Contribuir para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

É oportuno lembrar a afirmação do professor Leite Lopes: "Só o Estado está em condições de assegurar os programas de ensino, e manter as universidades e os institutos científicos das nações subdesenvolvidas. Abandonar o poder de decisões num domínio tão fundamental quanto o do ensino, equivalerá a submeter à tutela das nações estrangeiras os destinos da nação".

Analisando-se as questões acima propostas, não se pode negar que o "Ensino Pago", proposto pela Reforma possui todas as implicações e características do Ensino Elitista e Privado. Assim voltamos a afirmar:

O ENSINO PÚBLICO É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO

CARTA POLITICA DA CHAPA NOVA UNE (gestão 68/69)

I- A UNIVERSIDADE - A SOCIEDADE - E O GOVERNO

1. Universidade: definição e localização social

Os homens mantêm entre si várias relações que regulam e disciplinam sua vida comum na sociedade. Dentro delas destacam-se as estabelecidas no processo de produção de riquezas, as relações sociais (jurídicas, políticas, morais, etc.) recebem influência direta das primeiras. Assim, as relações de produção feudais correspondem relações jurídicas, morais, etc., que atendam às necessidades desse modo de produzir característico da sociedade feudal.

A cultura, portanto, é expressão de um determinado período e suas características dependem das relações mantidas pelo homem na luta pela sobrevivência do dia-a-dia. Não existe uma cultura abstrata, desligada do meio social.

Dentro dessa perspectiva, devemos também conceituar a Universidade. Ela é uma instituição onde a sociedade cria e transmite a sua cultura. A ela cabe o papel de geratriz do saber e da técnica, - bem como o de formadora dos quadros profissionais necessários ao desenvolvimento social. Nela se estuda, pensa e trabalha para responder às exigências sociais. Suas atividades devem responder às necessidades do agrupamento humano na qual está inserida, e é num contexto social definido que ela vive e atua. Assim, uma Universidade feudal não poderia ser uma Universidade eminentemente técnica, pois não há essa necessidade no desenvolvimento social; uma sociedade urbana e industrial não colocará grande ênfase na formação de agrônomos, e veterinários. A universidade, conseqüentemente ao fazer cultura não o faz de maneira abstrata mas atendendo as imposições sociais. Logo, para analisarmos a situação da Universidade Brasileira, seu desenvolvimento anterior e sua evolução devemos levar em conta as características de nossa sociedade.

2. A crise da Universidade Brasileira

A Universidade Brasileira está em crise. Este fato é reconhecido por todos que conhecem o mínimo da situação do ensino superior. As condições de ensino e pesquisa são as mais deficientes possíveis. As aulas são acadêmicas, o nível dos professores em geral é baixo, os currículos estão desligados da realidade, o sistema de aprovação obsoleto, os órgãos de poder da Universidade oligárquicos, a integração professores-alunos praticamente não existe. O processo de inadequação progressiva da Universidade Brasileira às necessidades ditadas pelo desenvolvimento social, atingiu tal grau que a Universidade pode ser considerada um ponto de estrangulamento no desenvolvimento do sistema capitalista brasileiro.

Até a segunda década deste século a economia brasileira, - em vias de industrialização, apresentava-se ainda fundamentalmente agrária voltada para a exportação. Numa sociedade deste tipo, a Universidade tinha funções muito limitadas. Formar os profissionais liberais que deviam prestar seus serviços às classes dominantes (latifundiários e exportadores) e conferia o título de doutor aos filhos dos latifundiários exportadores. A cultura era então uma distração dos ricos. A Universidade Arcaica tinha uma estrutura baseada na Universidade Européia e consistia fundamentalmente num conglomerado de faculdades isoladas. Seu ensino era acadêmico e sua estrutura de poder com características feudais (baseada na unidade básica de organização do ensino que era a cátedra).

3. A evolução do sistema e a transformação da Universidade

O desenvolvimento da industrialização capitalista no Brasil veio colocar novas necessidades para os vários setores da sociedade. A economia brasileira que já era dependente no período colonial (Inglaterra), integra-se cada vez mais na economia capitalista mundial, cujo representante principal é agora os EE.UU.. A estratégia mundial do imperialismo visa a defesa de seus interesses e a pre-

servação de seus domínios, esperando tornar eterno o sistema capitalista. Da fase da exploração indireta e desregulada, ele passou a uma nova forma de atuação. Divide o mundo, distingue áreas prioritárias e dá seqüência a um plano internacional de racionalização dos recursos das regiões a ele integradas. O golpe de 1964, bem como grande parte dos golpes da África, América Latina e Ásia está inserido nesta nova estratégia mundial de readequação das economias dependentes ao capitalismo monopolista internacional. A política econômica do governo adotada depois de 64, também é uma política de contenção, que visa acelerar o processo de acumulação capitalista - afim de tentar a retomada do desenvolvimento do sistema. Assim, podemos encarar medidas como: restrição do crédito visando à eliminação da pequena empresa, estímulo ao investimento estrangeiro, acórdão de garantia de investimentos, modificação na lei de remessa de lucros, arrôcho salarial.

Como o ônus dessa política cai principalmente sobre os trabalhadores, foi institucionalizada a repressão aos mesmos: a intervenção nos sindicatos, proibição de greves, legislação que estingue a estabilidade do trabalhador.

Para evitar que a aplicação dessa nova política econômica seja perturbada por movimentos de massa, são adotadas novas formas políticas que colocam em crise as instituições liberais. Assim, temos as eleições indiretas, cassações de mandatos, novo critério de segurança nacional, nova constituição, etc.

Inserida neste contexto encontramos a política educacional do governo, é com esta perspectiva que devemos tentar analisá-la. O que a ditadura propõe é a adequação da Universidade aos interesses do capitalismo internacional. É a Universidade empresarial que o G.T. da Reforma Universitária propõe e que pretende adequar a Universidade atual às novas necessidades do sistema. Isto porque, à velha Universidade foram-se agregando novas unidades que tentavam suprir suas deficiências: formação de técnicos especializados, tais como químicos, físicos, engenheiros, necessários à grande indústria. Entretanto, não houve uma mudança estrutural na velha Universidade, mas simplesmente um "enchimento" com novas faculdades. Este processo, como não poderia deixar de ser foi agravando a situação da Universidade e hoje ela não consegue atender aos interesses do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. É para solucionar este impasse que surge a política educacional do Governo e a formulação da Universidade empresarial.

5) A Política Educacional do Governo (PEG)

A PEG nasce da necessidade da racionalização do sistema de ensino, que consiste fundamentalmente em condicionar o número e o tipo de universitários às necessidades do mercado. Para tanto, propõe-se uma série de reformas na forma da Universidade e principalmente em seu conteúdo (currículos, tipos de cursos que formam determinados profissionais). Tais reformas consubstanciam-se na Universidade Empresarial, isto é, a Universidade encarada como Indústria.

De acórdão com este conceito o estudante é a matéria prima básica; os trabalhadores são os professores, serventes e administradores; a indústria é a própria Universidade; os currículos, o sistema de aprovação, as instalações e os laboratórios são as máquinas que, lentamente forjam o que se costuma chamar Produto. Tal produto é o profissional formado, que vai disputar no mercado as migalhas que as indústrias, as empresas, as escolas, etc., lhe oferecem. Como consequência primária da necessidade de racionalização, surge o problema da tecnização do ensino. Ora, que os grandes monopólios necessitam são de técnicos especializados e não de pesquisadores. É ocioso criar-se ou desenvolver-se determinada pesquisa, pois os países "mais avançados" já fizeram e em termos imediatos é mais econômico importar o que já existe. As grandes indústrias que fazem pesquisa, tanto em seu país de origem como no Brasil, necessitam muito mais de técnicos especializados que se adaptem mais facilmente ao avanço tecnológico. Como grande parte da pesquisa é feita nas "matrizes", no Brasil a função da Universidade é fornecer técnicos

que saibam manipular o que foi feito na matriz. Daí, a necessidade de adaptar a universidade a essas novas exigências do desenvolvimento social. A política educacional do governo procura, também, outro objetivo importante: é a integração dos estudantes no sistema, desde o curso primário até o curso superior. Procuramos agora analisar como o governo procura atingir esses objetivos para o ensino brasileiro.

No curso primário, a principal tática empregada é a utilização de métodos de ensino tipo Paulo Freire, para inculcar a ideologia das classes dominantes nos alunos (o método Paulo Freire, agora liberado, apesar de ter a realidade local como referencial para o ensino, pode ser adaptado e deformado pelo enfoque das classes dominantes. Já no ensino médio é dada ênfase especial à progressiva transformação dos colégios em escolas técnicas, formando técnicos para o trabalho nas indústrias semi-especializadas. Sobre o ensino superior procuraremos nos alongar visto que nos interessa mais de perto.

A implantação de anuidades é uma das táticas governamentais. Além de propiciar a possibilidade de maior lucro (que é um dos objetivos da universidade-indústria), a extinção do ensino gratuito intensifica o processo de elitização, ao possibilitar acesso somente aos mais privilegiados à universidade. Tal fato, por seu turno, propicia uma maior facilidade no processo de integração social, pois é mais fácil integrar os filhos dos patrões do que os estudantes da classe média. As anuidades também intensificam a dominação ideológica, isto é, facilitam a integração dos estudantes no sistema capitalista. Isto por que confere-lhes subjetivamente uma pseudo responsabilidade, que o leva a se esforçar para não perder seu dinheiro.

O processo de elitização, que é uma exigência do sistema capitalista mundial, devido ao avanço tecnológico que restringe o mercado de trabalho, torna-se, como vimos acima, um objetivo da política educacional do governo. Isto porque facilita o processo de integração do universitário no sistema.

Como consequência lógica da elitização do ensino (que é uma tendência social e um objetivo da PEG) surge o problema das vagas, que no geral devem ser diminuídas. Entretanto, em termos imediatos esse problema torna-se obscuro por vários aspectos. Em primeiro lugar, pelo anacronismo da universidade brasileira, a maioria dos universitários fazem cursos que não interessam aos grandes monopólios: são advogados, pedagogos, geógrafos e filósofos. Assim, embora haja uma diminuição de número de vagas nesses cursos, haverá um aumento equivalente nos cursos técnicos (engenheiros, químicos, economistas). Entretanto, o aumento do número de vagas não será muito grande porque em termos imediatos o curso secundário pode suprir o mercado de trabalho.

Um fato que entra em contradição com a necessidade objetiva de diminuição do número de vagas na universidade, é a proliferação de pequenas escolas-indústrias. Isto ocasiona um aumento do número de vagas. Entretanto, tais pequenas indústrias do ensino serão destruídas ou sobreviverão somente se forem associadas entre si ou se integrarem num grande monopólio de ensino. Somente sobreviverão as universidades que atendam aos interesses dos grandes monopólios industriais e que deverão estar estreitamente ligados aos mesmos.

Para colocar a universidade a serviço do capital internacional, o governo propõe também algumas reformas que poderemos dizer corretas, tais como Institutos Centrais, Cursos Básicos, Departamento como unidade básica do ensino. Tais reformas são ditadas pela necessidade de regionalização, e em nada diminui o caráter reacionário de reestruturação pretendida pela política educacional do governo.

O que devemos ter sempre em mente são os objetivos da PEG: colocar a universidade brasileira a serviço do capitalismo internacional. É esta característica fundamental da PEG que deve ser sempre combatida, a fim de obstar a sua concretização prática.

As táticas do governo são determinadas por linhas gerais bastante claras e ligadas a sua estratégia, que a adequação da universidade às exigências do capitalismo monopolista. Resumindo tais linhas gerais, encontramos como produto da extinção das escolas públicas, em fundações particulares e adaptação das particulares já existentes+

- a) contenção progressiva das verbas para educação e desequilíbrio das verbas (favorecimento das escolas que se reestruturaram dentro da PEG);
- b) institucionalização progressiva do vestibular único, para iniciar desde já o processo seletivo "das melhores capacidades";
- c) pagamento progressivo de anuidades, a princípio amenas e posteriormente aumentadas gradualmente;
- d) só permitir a criação de novas unidades se elas estiverem estruturadas dentro da política educacional do governo;
- e) valorização progressiva dos cursos técnicos, procurando ampliar suas instalações e diversificar as especializações;
- f) adaptação dos currículos às necessidades imediatas das indústrias que terão seus interesses representados nos "conselhos de curadores".

Estas táticas são aplicadas pelo governo para tentar evitar o mais possível os choques. Assim, a PEG é aplicada inicialmente em lugares onde existe menor resistência a ela. (Estados onde o M.E. é a tradição - Piauí e no interior). Em outros casos, instala ao lado de universidades antigas, novas unidades de ensino estruturadas de acordo com a PEG. Deste modo, há um relativo enfraquecimento das escolas não adaptadas à PEG, de tal modo que elas são forçadas a fazê-lo.

6. A Política Estudantil da Ditadura (P.E.D.): a repressão e a violência

Os interesses das classes dominantes com relação à universidade chocar-se com os interesses de amplos setores das classes médias, que pacientemente investiram capital em seus filhos até a universidade.

Os choques que já existiam com a velha universidade, tornam-se mais profundos com as reformulações propostas pelo governo. A maioria dos estudantes não aceita tais reformulações e constroem-se na base principal da luta contra a PEG. Além disso também os professores e nos graduados chocam-se com os interesses dos professores mais graduados, que ou pretendem conservar a velha universidade ou são favoráveis à reconstrução governamental. Os funcionários e trabalhadores da Universidade, continuam com as mesmas contradições com o sistema. Apesar da complexidade das lutas dentro da Universidade podemos captar o essencial da questão. Podemos afirmar que há uma contradição entre a maioria dos estudantes, professores, funcionários e as direções universitárias vinculadas à PEG. De um lado os estudantes e professores se opõem à PEG e a Velha Universidade; de outro lado, os detentores do poder, apoiados na minoria, impõem a PEG. É exatamente essa imposição que nos interessa no momento. Como já vimos anteriormente, o regime político do país está sendo substancialmente mudado em consequência das novas necessidades da evolução do sistema. Como a maioria dessas reformulações chocam-se com os interesses de vários setores da população; esses procuram resistir à aplicação da linha política governamental.

A existência da mais importante instituição estatal, em uma sociedade de classes, pode agora entendida mais facilmente: as forças armadas são a garantia de que as políticas das classes dominantes serão aplicadas. É simples o mecanismo: o sistema tem necessidades - por exemplo - de que a Universidade seja mais produtiva e de a taxa de lucro aumente. Logo, as classes dominantes organizadas em torno de suas entidades sociais e do próprio estado, procuram impor sua política. Num primeiro estágio tenta-se utilizar as leis do estado, embora tais leis não tenham sido feitas pelos que as sofrem (operários, professores, estudantes). Não se conseguindo impor através dos meios legais, emprega-se a força. As forças armadas são a garantia fundamental que têm as classes dominantes, organizadas no estado, de que seus interesses serão defendidos. Quando os operários fazem greve, as forças armadas ocupam as fábricas, prendem e espancam operários.

Por outro lado, nunca a força policial defende os interesses em greve.

Os estudantes e professores, ao se insurgirem contra a PEG também são reprimidos. Isto porque estão contrariando os interesses das classes dominantes. Como vemos não existe somente, leis, decretos, e regulamentos para a implantação da política educacional. Há também leis que preveem a repressão para quem lutar contra a política educacional do governo. A constituição, as leis de segurança e outras, constituem-se juntamente com os tribunais, os cartórios, nos chamado aparelho jurídico do estado e em algumas instituições ligadas a ele. As Forças Armadas existem para fazer cumprir as leis que os patrões fazem.

A repressão também aperfeiçoa-se e racionaliza-se juntamente com o velho regime jurídico. Nova universidade, novas leis, nova repressão. A repressão é inerente ao sistema. As leis são impostas pelas classes dominantes aos trabalhadores e estudantes e quando estes não as aceitam e lutam, são reprimidos. E essa repressão é perfeitamente respaldada nas próprias leis. É exatamente por isso que o regime se chama ditatorial e seu governo ditadura. A violência organizada das classes dominantes não se processa apenas aos níveis dos choques. Apresenta diversas formas, assim como são diferentes as formas de repressão. Entretanto, os diversos setores sociais não aceitam passivamente a opressão e a repressão, paulatinamente, colocam-se contra as imposições das classes dominantes e se organizam para lutar contra a violência institucionalizada. É nesse processo que a violência das classes oprimidas será utilizada e eliminará os entraves do processo de transformação da sociedade brasileira.

II - Nossas Lutas

Pela exposição anterior fica bastante clara a relação entre a universidade e o sistema político-econômico brasileiro. A Política Educacional do Governo e sua nova universidade são necessidades do sistema. O governo simplesmente imprime uma direção à solução dos problemas. O estado é um instrumento do governo em aplicar sua política. O MEC cuida da reestruturação e as Forças Armadas encarregam-se de reprimir os estudantes e professores que se opõem à política educacional do governo. O governo utilizara todos os métodos para implantar sua reforma, visto que ela é uma necessidade do sistema. Entretanto, apesar das enormes dificuldades que teremos pela frente, nossas lutas dentro da universidade devem procurar entrar a implantação da universidade empresarial bem como serem dirigidas contra a universidade arcaica. Assim, ao Conselho de Curadores opomos as Comissões Arbitrárias; a restrição das verbas exigiremos mais verbas para as unidades de ensino público. Lutaremos por melhorias das instalações, gratuidade de ensino, instalação e manutenção dos cursos noturnos, construção das Cidades Universitárias, alojamentos e restaurantes. A obtenção de uma ou mais vitórias parciais é extremamente difícil, devido aos interesses das classes dominantes em objetivar o oposto. Para tanto elas serão implacáveis. É fácil deduzir-se que a mudança de orientação educacional não pode ser conseguida com a simples mudança de governo ou de regime. Não pode ser conseguida, pois a aplicação de nossos princípios básicos da transformação da universidade são incompatíveis com o sistema de exploração do homem pelo homem, movido pelo lucro. Qualquer simples reforma ou reestruturação é incompatível com nossas propostas de transformação da universidade. As nossas propostas somente serão plenamente aceitas com a transformação da sociedade brasileira. Isto, entretanto, não impede que lutemos por objetivos parciais de tal forma que obtemos o mais possível a aplicação da Política Educacional do Governo e nos aproximemos mais da universidade voltada para os interesses da maioria da população.

Cada luta bem conduzida, mesmo que sejamos derrotados parcialmente forçará o Governo a explicitar não só seu caráter repressivo, mas também seu caráter de classe. Assim, o governo estará cada vez mais reduzido em suas bases sociais e cada vez mais desgastado. No princípio, o governo procurara vencer nossa luta contra a política educacional do governo de maneira sutil, aproveitando-se da fraqueza momentânea do ME. Numa fase mais avançada com o ME fortalecido e organizado, a única forma do governo impor sua política será a repressão ostensiva. Então, o ME se bem conduzido, pode se fortalecer e acumular forças para o futuro.

É nesse desdobramento da luta, que o ME depara-se com outras frentes: a repressão ~~xxx~~ tem bases legais - há toda uma estrutura legal que é imposta ditatorialmente. A vinculação dessas diversas frentes não se dá em abstrato, mas objetivamente: é no próprio questionamento do poder que se desdobra a partir da luta contra a universidade arcaica e empresarial, que os estudantes, em fases mais avançadas integram-se na própria luta pelo poder. É exatamente nesse ponto, que se objetiva a integração de todos os trabalhadores que também enfrentam problemas semelhantes, mas em muito maior escala: a opressão econômica, as leis do arrocho salarial, etc, todas garantidas pela mesma repressão mas em escala muito mais violenta.

A condição dos estudantes, em relação ao conjunto dos trabalhadores é muito especial nesse processo. O operário e o campones por exemplo, constituem-se em seus locais de trabalho (indústria, terra, ~~xx~~ etc,) na força fundamental que produz as riquezas do país. No entanto, apesar de alimentarem todo o povo e de construírem a maior parte da base da nação, são os setores mais afastados do poder; são os mais oprimidos e os mais reprimidos. É devido a isso e aos fatores anteriormente estabelecidos que os estudantes, que se constituem em termos secundários no processo produtivo não podem dirigir o processo de transformação social; quem dirige esse processo, são as classes que tem tradições com o sistema.

Os outros setores de trabalhadores (bancários, professores, comerciário, etc,) e os estudantes, integram-se objetivamente na luta de transformação social, e após ser demonstrado, através da prática constante de lutas bem conduzidas, a incapacidade do governo em superar satisfatoriamente dentro desse sistema social, as contradições que existam entre os interesses das classes dominantes e os dos trabalhadores e estudantes.

As lutas reivindicatórias dos trabalhadores, os estudantes os apoiam e se solidarizam com os mesmos. Mas, nas lutas políticas os estudantes se integram, pois os objetivos são os mesmos: visam a transformação social.

III - Nossas táticas: formas de luta e formas de organização.

Determinados objetivos limitados, com os quais nos defrontamos diariamente ao nos colocarmos em ação seguindo nossa estratégia ~~e exigindo~~ alguns princípios estratégicos, constituem-se em nossa tática. Não são quaisquer objetivos limitados que se constituem em tática, mas sim a um plano complexo, elaborados em função de nossos objetivos, de nossa estratégia e alguns princípios elementares. Esse plano tático é flexível e depende excessivamente de condições nem sempre muito previsíveis e possíveis de serem analisadas objetivamente. É necessário também, descobrirmos na prática política, quais são os princípios táticos mais convenientes em determinadas ocasiões. Ou seja, essa orientação tática não pode ser entendida como uma fórmula e sim uma orientação geral que pode ser reformulada. A estratégia, esta sim é imutável e inflexível; sem estarmos convencidos dela, acabaremos cometendo erros, pois não havendo unidade entre planos táticos, cairemos no empirismo e estaremos provocando espontaneísmo nas massas. determinadas táticas, como veremos após, são incompatíveis com determinada estratégia.

É evidente que não podemos cumprir nosso plano estratégico num só dia. Nossa luta não é de desfecho rápido; pelo contrário: devemos preparar os estudantes e os graduados para enfrentarem tanto na escola como fora dela uma luta bastante prolongada, cujo fim é visível através de nossa força de vontade. Este é um outro princípio estratégico que é fundamental na elaboração do plano tático, na escolha da forma de luta e da forma de organização mais apropriada. Não vamos ganhar a guerra num minuto, mas também não vamos perdê-la!

Normalmente, na elaboração de um plano tático, deve-se agir da seguinte maneira:

- 1) faz-se uma análise das contradições mais importantes do momento para determinar-se qual é a principal (deve ser a quantitativamente e qualitativamente maior);
- 2) faz-se uma análise da conjuntura política (para avaliar a correlação de forças entre as classes dominantes e suas táticas);
- 3) faz-se uma análise das condições subjetivas da massa (disposição para organizar-se, disposição de luta, etc);
- 4) Isso tudo só é possível se os elaboradores forem bem informados e estiverem profundamente ligados aos estudantes de sua escola para um balanço político correto;
- 5) aplica-se os princípios estratégicos e os objetivos estratégicos gerais;
- 6) determina-se os objetivos e o plano tático;
- 7) determina-se as formas de luta e as formas de organização;

Os princípios gerais que devem nortear nossas lutas são de suma importância, pois são eles que garantem a unidade entre os diversos planos táticos que traçamos.

Alguns princípios gerais já foram esboçados. Os principais são os seguintes - primeiramente devemos preparar os estudantes para resistirem corretamente em qualquer circunstância e para enfrentar a dura repressão a passos largos. Em condições legais de luta, é praticamente desprezível a organização de massa. Praticamente as entidades têm liberdade para tudo: comunicação com os estudantes, base financeira e material, locais para assembleias e sede para diretório. A representação dos estudantes dá-se normalmente. No entanto, com o aumento das contradições e as consequentes lutas que se processam entre diversas camadas sociais, os trabalhadores particularmente os estudantes ao resistirem contra a opressão, tornam cada vez ~~mais~~ mais radicais as classes dominantes a se utilizarem da repressão sistematicamente. Essa repressão não acaba, apesar de alguns fluxos e refluxos, sua tendência é aumentar constantemente, como consequência natural da radicalização da luta entre as classes. Os que resistem aperfeiçoam constantemente suas formas de luta e de organização. O nível de atuação legal restringe-se cada vez mais. É necessário que os estudantes estejam totalmente organizados e que as entidades estejam totalmente a seu serviço, cumprindo exatamente seu papel: representar, coordenar, conduzir, organizar, politizar, etc, etc.

A preparação das entidades com estrutura clandestina, para se evitar supresas (massacre e destruição de patrimônio) só é possível se houver massa organizada. Dar condições a massa (e a entidade) de resistir o mais possível, com as menores perdas possíveis! Com o avanço da repressão cada vez mais os estudantes perderão algumas regalias da entidade: departamentos, sede, discussões amplas e democráticas. Devemos preparar os estudantes para a médio sustentarem sua representação, mesmo que o DA esteja completamente desprovido de instrumentos (mimeógrafo, sede, etc). Talvez chegue um tempo em que seja totalmente impossível haver eleição numa escola (hoje já é difícil): Devemos preparar os ~~mais~~ estudantes para resolverem o tipo de escolha dos novos representantes (que serão certamente quase clandestinos).

Outro princípio estratégico é a educação constante para a violência. Mostrar na prática política, que apesar do sentido geral da luta ser a resistência, nessa resistência, deveremos nos utilizar da violência organizada e educar a maioria dos estudantes nos processos de

de auto-defesa. Se podemos optar entre uma forma pacífica e outra violenta de resistência (salvo raras exceções), devemos optar pela violenta. Isso pode parecer descabido, mas não nos esqueçamos que somos pacíficos por princípio, e o governo ao nos oprimir e que provoca a nossa reação e as nossas lutas. Então, somos reprimidos. É só nesse momento que usamos a nossa violência!

É evidente que o princípio de organização independente, desatrelamento do estado e do governo é consequência do anterior.

Outro princípio é o acúmulo de forças: usar a cada momento a tática mais apropriada, as formas de luta e de organização igualmente mais apropriadas, para mesmo que soframos derrotas parciais não haja desgastes nem recuos posteriores.

É finalmente, a condição básica de todas as ações: a luta é longa e exaustiva, para evitarmos uma derrota rápida e inconsequente.

a) Forma de luta:

Por tudo isso é que adquire muita importância o próprio problema da forma de luta.

As lutas que desenvolvemos para aplicarmos nossos planos táticos adquire as mais diversas formas e estas formas estão indissolúvelmente ligadas a nossos objetivos gerais, e temos de fato um programa de lutas que reflita os interesses da maioria dos estudantes, ao determinarmos a forma dessas lutas devemos buscar sempre a maior participação possível em cada momento. (uma greve, por exemplo, pode-se constituir em uma forma de luta ao desmobilizar a maioria dos estudantes do local: as grevilhas, - ou greves com participação que podem ser parciais ou totais, durar apenas uma aula ou diversos dias, etc - , pelo fato de possibilitarem uma intensa discussão e mobilizações organizadas, constituem-se numa forma de luta mais avançada que possibilita além de maior probabilidade de êxito nos objetivos, aumentarmos o nível político-organizativo dos estudantes).

Em determinados momentos será necessário utilizarmos formas de luta que demonstrem nossa força e que consigam o maior apoio possível da população, para conseguirmos atingir nossos objetivos; em outros, após intensa repressão ou qualquer outro fato político, além da demonstração de força será necessário fazermos um trabalho político mais profundo. As pichações e panfletagens, os diversos comícios-propaganda espalhados pelas cidades e nos subúrbios, completam nossas tarefas de denunciarmos o caráter de classe da ditadura. Devemos adaptar nossas formas de luta em cada momento as necessidades do momento. O grande valor dos atos públicos, comícios e passeatas é completado com a utilização das formas de luta anteriores.

Considerar devidamente as nossas forças e as do inimigo na aplicação da forma de luta, tal que possamos atingir nossos objetivos em uma situação concreta, é a maneira correta de evitarmos a absolutização da determinada forma de luta.

Se se absolutizar uma forma de luta (propor-se sempre manifestações populares por exemplo), acaba-se confundindo luta com forma de luta: em vez de tentar-se atingir nossos objetivos, a própria forma de luta se transforma em objetivo.

A determinação das formas de lutas mais corretas para determinados momentos, far-nos-á lutar não somente contra o regime e o governo, mas também contra o próprio sistema. Isto quer dizer que podemos participar do processo de transformação social, que pressupõe a destruição do sistema de dominação de classe sustentado hegemonicamente pelos grandes monopólios norte-americanos ~~em~~ que estão integrados com todas as classes dominantes nativas. Esses monopólios fazem parte e se constituem na própria base das nações dominadas.

b) A organização semi-olandestina - os grupos de trabalho

Este tipo de organização, que consiste de grupos de cinco a dez elementos, podem desenvolver uma série enorme de tarefas no ME.

São muito importantes como sustentação das entidades de massa, na medida em que podem dirigir politicamente os movimentos da faculdade bem como realizar as tarefas práticas da entidade. Nas manifestações de rua tem grande importância, pois os grupos podem ter muita mobilidade e realizar nossas manifestações bem como fustigar a repressão quando houver necessidade. Esse tipo de organização assume particular importância ao atentarmos para um aspecto importante da situação política do Brasil: a tendência ao rápido endurecimento com a intensificação da repressão as entidades representativas dos estudantes (UNE, UEEs e CAs), tornar-se-ão semi-clandestinas e somente com a existência de grupos de trabalho poderão se manter. Além disso com a agudização das contradições no seio da sociedade brasileira, a participação do ME no processo de transformação social só será possível com um alto grau de organização devido a exigência de emprego de formas de luta mais aperfeiçoadas e mais radicais. E isso só será possível com a organização clandestina do ME.

c) Uma nova estrutura para a UNE.

A UNE necessita para colocar em prática seu programa de um mínimo de estrutura organica bem como de alguns instrumentos políticos. Para deixar de ser uma bandeira de luta e transformar-se em uma entidade representativa dos estudantes, é necessário que sua atuação se faça sentir em cada sala de aula, unidade básica do ME. Daí a necessidade da existência do instrumental para atuação junto aos estudantes. Num primeiro estágio dever-se-á construir as BEEs onde elas estão ainda em fase de estruturação. A montagem de uma assessoria de imprensa, é, também, importantíssimo para o desenvolvimento da UNE. No plano político propomos:

- Conselho Nacional: reunião com representantes de todos os estados do Brasil, cuja função é traçar os rumos para a aplicação das diretrizes aprovadas na Carta Política da Entidade. Entendemos, entretanto, que a representação dos estados deva ser proporcional ao numero de alunos existentes no estado.

- Congresso Nacional: que é o instrumento político de análise teórica da pratica desen-olvida durante o ano. Sua função é elaborar as diretrizes da entidade para a proxima gestao. A forma de sua realização deve ser definida de acordo com as condições existentes e de tal sorte que possibilite a participação do maior numero de estudantes.

No plano organico propomos:

- a montagem das assessorias regionais da UNE, a fim de facilitar a condução do ME em determinadas regiões. A sede da assessoria regional sera o estado onde a UEE esteja mais consolidada. Propomos as seguintes assessorias:

PR - SC - RS

SP - MT

GB - RJ - ES

MG - GO - Br.

BA - SE - AL - PE - PB

CE - RN - PI

PA - AM - MA

Em cada capital da regional, a UEE daquele estado (PR-SP-GB-MG-BA-CE-PA), consolidaria uma assessoria de cinco a dez estudantes com as seguintes tarefas

Coordenação: coordenar o trabalho da UNE junto aos CAs, DCEs através das UEEs.

Imprensa: reproduzir material e documentos, enviados pela UNE, de outras UEEs, CAs e distribuídos aos CAs e DCEs.

Propaganda: coordenar o trabalho de agitação e propaganda através de panfletos e cartazes, etc.

Por outro lado deve existir um diretor de UNE em cada capital de assessoria.

- montagem de uma Assessoria Nacional de imprensa: sua função será de elaborar o jornal e a revista da UNE.

d) A UNE, A UIE e a OCLAE.

A UIE é uma entidade que pretende coordenar as UNEs anti-imperialistas de todo o mundo. A OCLAE é a que pretende coordenar as UNEs da América Latina.

A UIE ultimamente, de acordo com a perspectiva de coexistência pacífica tem assumido posições direitistas. Assim podemos citar a permissão de entrada de entidades nacionais pró-imperialistas (por exemplo, a CIE dos EUA que tem ligações estreitas com a CIA).

A UNE durante 68/69 deve cumprir as seguintes tarefas com relação a este problema:

- divulgar entre os estudantes os programas da UIE e da OCLAE
- denunciar internacionalmente a UIE e não continuar na entidade enquanto estiver coexistindo com entidades pró-imperialistas.
- lutar pelo fortalecimento da OCLAE e pela aproximação das entidades com perspectivas corretas em todo o mundo e particularmente na América Latina.
- divulgar essas posições da UNE internacionalmente através da OCLAE

IV - PROGRAMA-

1) Luta contra a Política Educacional do Governo:

- Denúncia dos acordos Mec-Usaid, Relatório Atcon e do Gt. do governo.
- Contra o pagamento de anuidade.
- Pelo aumento de verbas às escolas públicas.
- Pelo aumento de números de vagas.
- Pela criação e manutenção de cursos noturnos em todas as faculdades.
- Contra a transformação das Universidades em fundações.
- Contra o vestibular de seleção e pelo de habilitação.

3) Luta contra a manutenção da Universidade Arica.

- Pela reformulação dos currículos, do sistema de aprovação e dos regimentos internos.
- Pela ampliação dos restaurantes universitários, bibliotecas, laboratórios, instrumental de pesquisas, alojamentos etc..

4) Luta pela reestruturação universitária baseada nos seguintes princípios: paridade, autonomia universitária, pessoal fixo para a educação.

5) Luta contra a política estudantil da Ditadura.

- Luta contra a repressão velada ou ostensiva.
- Denúncia do Projeto Rondon e da Comissão Meira Matos.

6) Apoio as lutas contra a Política Social do Governo.

- Denúncia da Política Salarial.
- Auxílio material a ocupação de Fábricas e terras.
- Apoio a oposição sindical.

6) Ação junto a outros setores da população.

- Construção de Comites Populares.
- Auxílio na estruturação de outras categorias

7) Denúncia da Política da Ditadura.

- Denúncia da Política de Militarização de órgãos civis.
- Denúncia da Lei de Censura.
- Denúncia da Repressão.

8) Denúncia da ação do Imperialismo Internacional.

E R R A T A

Pg. 3 - penúltima linha, leia-se: produto da transformação das escolas Públicas.

Pg. 4 - Última linha - leia-se: dos trabalhadores em greve

Pg. 5 - Sub-título: II - nossas lutas (estratégia)

CARTA
POLÍTICA E
PROGRAMA

GHAPA

uee-sp

GESTÃO - 68/69

O final da gestão da UEE/SP, e a necessidade de renovar sua diretoria, dando um avanço inclusive na composição, nos leva a analisar o ME neste ano e o que se pretende para o próximo.

Para isso é necessário que nos reportemos rapidamente à fase anterior e posterior a 64.

No período anterior ao golpe, o ME era paternalizado por todos os governos sendo a UNE e UEES entidades legais, as lutas propostas geralmente de forma parlamentar e a direção dessas entidades era o primeiro trampolim para a carreira política. O ME nesse período, foi manipulado em diversas ocasiões, por uma minoria detentora do poder econômico (capital nacional) e que resistia ainda às tentativas e golpes dos monopólios multinacionais.

Podemos exemplificar, citando a direção da UEE/SP em 1953. Era presidente da entidade Fernando Gasparian, notório empresário nacional. Este senhor, que foi proprietário de um complexo industrial, encontra-se em situação difícil frente a concorrência com grandes indústrias de capitais estrangeiros e vê diariamente a redução do seu poder econômico.

Os grupos Gasparian, Matarazzo e outros eram os últimos vestígios da tentativa de se tentar formar uma burguesia nacional com capitais brasileiros.

Como no sistema capitalista o poder político é exercido pelos grupos que detém o poder econômico, nota-se, a partir de 1945, a perda progressiva do controle político nacional pelos grupos econômicos do país, como consequência lógica da absorção paulatina dos capitais nacionais pelos monopólios norte-americanos.

No período 62/63/64 o governo de Jango dá todo apoio político e material a UNE e UEES, tentando ganhar a simpatia do ME para as reformas que se propunha realizar.

Acontece que essas reformas não objetivam uma transformação estrutural da sociedade e eram acobertadas por grupos econômicos que por sua vez não permitiam uma transformação do sistema capitalista fundamental para a transformação dos problemas socio-econômicos.

Mesmo assim as direções dessas entidades (UNE e UEES) ou defendiam de fato essas reformas ou estavam corrompidas pelo paternalismo governamental (Congresso da UNE no Hotel Quitandinha em 1963).

Após o golpe a situação se transformou. As Forças Armadas, através do aparelho repressivo passou a defender o poder econômico dos grandes grupos capitalistas estrangeiros, aparentando controlar o poder político através da força.

Bastou pouco tempo para se explicitar a realidade. As Forças Armadas se transformaram em guarda-costas do Sistema, caindo toda a máscara do controle político (ver leis anti-nacionais da ditadura).

E, dentro dessa nova conjuntura política nacional o ME volta atuar dentro de uma semi-destinidade após a extinção oficial da UNE e UEES.

O ME não tinha e não tem condições para essa forma de atuação e também as entidades de massa devem ser realmente de massa, enquanto houver uma única escola aberta.

Mas, se por um lado, uma entidade de massa deve refletir em suas posições políticas as aspirações do grupo social que representa, por outro, nos dias dessas direções no período 65/67, (UNE e UEE/SP) julgavam erroneamente que as posições políticas da Entidade de massa deveriam refletir as concepções políticas de determinada facção, o que resultou

na falta de uma base social que desse sustentação às Entidades de massa. Vemos, por exemplo, em 1965 as lutas dessas entidades contra a lei Suplicy que se esvaziaram, porque essas entidades, pelo fato de não refletirem as aspirações do grupo social que representaram, perderam a sustentação e o apoio dos estudantes, deixando portanto de existir realmente enquanto entidades representativas dos mesmos.

Em 1966, é aprovado o absurdo programa do MCD (Movimento Contra a Ditadura) pela entidade nacional causando o desligamento ainda maior entre direção e estudantes.

E, essas mesmas concepções, "aprovará" em 67 outro programa inconsequente que era Aliança Operária-Estudantil camponêsa. Mas, no mesmo Congresso de 1967 onde se tirou oportunisticamente esse documento existia já, em ascensão movimentos com outras concepções políticas que alterariam frontalmente a condução do ME no período 67/68, com o lançamento da carta política da UME da GB, endossada posteriormente pela direção da Nova UEE de SP.

Assim, uma bandeira de luta foi levantada "a luta reivindicatória e específica de cada estudante, de cada escola são transformadas - em lutas políticas e através dessas lutas, dentro das escolas, dentro de cada sala de aula, saíramos às ruas para denunciar a PBC, o MEC-USAID, as leis da ditadura (anti-grevo, imprensa, segurança, arrôcho, etc). e com a evolução natural dos acontecimentos nossas entidades se tornaram representativas e a ascensão do ME, com participação de outros setores foi inédita.

Passemos a exigir uma reforma Universitária voltada para os interesses de todo o povo e não de uma minoria selecionada segundo o poder aquisitivo.

Exigimos a formação das Comissões Paritárias deliberativas e currículos críticos.

Participemos efetivamente da Greve de Osasco denunciando nas ruas e fazendo coletas para os grevistas.

Colaboramos com os bancários grevistas do Banco Crédito Real de M.G., com agitações, propaganda e finanças.

Organizamos o Comitê Popular de Solidariedade para auxiliar as lutas reivindicatórias dos assalariados, composto de elementos representativos de todos os setores da população.

Enfim, tivemos todo um ano de trabalho, impetuoso, por que as concepções políticas que tinham as direções anteriores foram substituídas por posições que vinham ao encontro dos estudantes e conseguimos construir uma entidade realmente representativa.

Não houve condições de se desenvolver no interior o trabalho político desenvolvido na Capital. Isto porque, com o desenvolvimento das lutas em SP, todos os recursos materiais e humanos da UEE, tiveram que ser concentrados na Capital, tendo em vista criar uma infra estrutura, - através da qual se pudesse mobilizar, conscientizar e organizar o movimento de massas em grande ascensão política, a partir do assassinato de Edson Luiz, na Guanabara.

Não obstante isso, foram enviados ao interior inúmeros conferencistas, documentos e jornais da entidade, Teatro, cinema e feira de livros. As falhas que ocorreram na condução do trabalho político no interior, deve-se ao fato de que a UEE, enquanto entidade de massa, estava - nessa época em formação; inexistindo enquanto tal nos anos anteriores a 1968.

Nossa concepção de direção política se contrapôs frontalmente às direções anteriores. A UEE este ano foi dirigida por uma coordenação geral com representantes eleitos em assembleias por faculdade para participação nessa CG. Todas as posições tiradas de UEE foram sempre posições democráticas e majoritárias dessa CG, e não posições pessoais característica de gestões anteriores.

A concepção sobre Conselho e Congresso também foi antagônica aos anos anteriores. Realizamos Conselho de UEE aberto a qualquer estudante, realizamos aberto o Congresso Regional da 2a. fase do Congresso de UNE (600 delegados e 2500 alunos participantes) e vimos derrotada a proposta da UEE/SP no Conselho de Salvador para que a 3a. fase do 30º Congresso Nacional Estudantil (que foi reprimido) também se efetuasse abertamente.

Passamos a construir ainda, uma estrutura que sustentasse a entidade em todo Estado.

Hoje, após o desenvolvimento de todo um trabalho junto às bases estudantis, após a estruturação da UEE como entidade realmente representativa da maioria estudantil, após a consolidação da UEE como entidade que refletiu em suas posições as aspirações políticas do movimento estudantil, podemos afirmar que foram criadas as condições objetivas e subjetivas, que permitirão em 1969, a par do trabalho na Capital, desenvolver no Interior um trabalho político, que por força da conjuntura, não foi desenvolvido no ano de 1968.

PROGRAMA MÍNIMO

APRESENTAÇÃO DA CHAPA

Cabe-nos agora, enquanto participantes de todo o trabalho desenvolvido em 1968, sabedores dos êxitos e atentos às falhas da atuação de um ano de UEE, construir um programa mínimo a ser cumprido na próxima gestão. Sabemos que uma entidade não se constroi em um ano e nem o ME amadurece as corretas posições de luta em tão pouco tempo. Com prometemo-nos com a consolidação do ME paulista enquanto movimento de ampla participação, isto é movimento de massa, e com a continuidade do trabalho de construção da entidade e superação das suas atuais deficiências.

UNIVERSIDADE

Hoje ninguém contesta o encetamento da luta reivindicatória da Universidade, defendida sempre por nós, e confundida por aqueles que apenas procuram atuar nas cúpulas do ME. São os problemas concretos dos estudantes, problemas com os quais nos defrontamos dia a dia que motivam nossas lutas. Estes problemas indicam, no entanto, a existência de uma Universidade incapaz de resolver os problemas de vagas, baixo nível de ensino, racionalização didática porque ela se arcaizou na estrutura e esconde privilégios há muito constituídos, como a cátedra e os órgãos do poder na Universidade, (CTA, Congregação, C.Univ.). Ao mesmo tempo a política educacional do governo precisa transformar essa Universidade, (e na medida do possível, através da restrição de verbas ou da intervenção pura e simples), a transformará em fundações, instituirá o ensino pago e entregará o poder da Universidade aos gerentes de indústrias e bancos. (Conselho de Curadores, Relatório Atcon). Transformará a Universidade arcaica na Universidade Empresarial voltada única e exclusivamente a formar técnicos alienados e unicamente adestrados para produção, incapazes de formularem um raciocínio crítico da sociedade e desenvolverem um trabalho que interesse para solução dos problemas socio-econômicos do país.

Os problemas provocados tanto pela Universidade arcaica como pela tentativa do governo em "modernizá-la" nos levam a declarações de luta. Muitos desses problemas, verbos, procedimentos, participações paritárias nos organismos de trabalho, etc., nos conseguimos resolver e constituem nossas vitórias parciais. Os fundamentais no entanto nós somente conseguiremos resolver quando transformarmos a Universidade atual na Universidade Popular que estenderá a formação superior também às camadas mais baixas da população e formará técnicos e profissionais voltados para os interesses da maioria da população, procurando aquilatar e solucionar os problemas da maioria do povo. Percebemos no entanto, que essa Universidade, democrática jamais será permitida pela minoria que detém o poder e somente surgirá com a própria transformação da Sociedade. Acalentar sonhos de transformações parciais da Sociedade, de reforma Universitária é mistificar o ME e afastá-lo no processo de sua luta. É assumir a posição da esquerda anterior ao golpe de 64.

As nossas lutas reivindicatórias, portanto, relacionadas com as causas verdadeiras dos nossos problemas fazer com que o ME se fortaleça, cresça em nível de compreensão da realidade e organize-se para lutas mais árduas do futuro.

Certas posições entendem, erroneamente, que será "transformando a Universidade atual na Universidade Crítica" que os estudantes adquirirão uma visão crítica da Sociedade. Isto nos conseguiremos no bojo das nossas próprias lutas, e não esperando construir uma Universidade Crítica a revelia dos fortes interesses daqueles que detem o poder econômico.

Desenvolveremos a luta pela reestruturação da Universidade e das nossas Faculdades conquistando o máximo de vitórias parciais, e usando taticamente as Comissões Paritárias, as nossas mobilizações em salas de aula, etc.,

Encetaremos a luta contra a política educacional do governo denunciando o Acordo Mec-Usaid, Relatório Atcon, GT do Governo, Comissão Meira Matos.

A luta pela reestruturação obedecerá os princípios: direção Paritária, Currículos críticos, fixação de verbas nos orçamentos federais e estaduais, autonomia Universitária contra as intromissões externas à Universidade.

Definiremos a luta por melhoria do ensino como: pela formação da Comissão Paritária Deliberativa para encaminhamento da Reestruturação, pelo ensino gratuito contra as anuidades, aumento do número de vagas, criação e manutenção dos cursos noturnos em toda a Universidade, extinção dos Vestibulares de Seleção ou Classificação, tipo CESCEN, pelo critério único - Habilitação; combate às Fundações, pela manutenção e ampliação de restaurantes Universitários, bibliotecas, laboratórios, instrumental de pesquisa, alojamentos, e assistência médico-hospitalar.

As Comissões Paritárias devem ser uma exigência tática nossa elas não significam dualidade de poder para transformarmos a Universidade estruturalmente. Elas representam uma arma muito forte para impedirmos as mudanças da Universidade pretendidas pelo governo. No entanto jamais devemos esquecer que a nossa força se resume no conjunto dos estudantes e na nossa organização. As Comissões Paritárias que se isolarem do restante dos estudantes e professores e não se firmarem na organização de base, estão fadadas ao fracasso. Os membros portanto, da CP devem fazer parte da coordenação dos grupos de trabalho ou comissão dos representantes de classe e devem regularmente apurar suas decisões em Assembléias Gerais.

AÇÃO DO ME JUNTO AOS DEMAIS SETORES DA POPULAÇÃO

Os setores universitário e secundarista não são os únicos setores insatisfeitos com o estado geral de coisas. Os trabalhadores são extorquidos nos seus salários. Cabe ao ME apoiar a luta contra a política salarial do governo fazer denúncia da política salarial, propaganda das greves operárias, auxílio material à ocupação de fábricas, apoio à oposição sindical.

Além disso como ficou demonstrado pela prática deste ano, nas grandes crises do ME, diversos foram os setores que participaram das nossas denúncias políticas da repressão, do governo, da farsa eleitoral, etc.. Devemos, portanto, incentivar a formação de comitês populares que congregem dentro de uma prática conjunta diversas categorias profissionais. Além disso, devemos apoiar e divulgar as lutas e os problemas que afetam as demais categorias atingidas pelos interesses e agressões da minoria dominante.

Na medida do possível devemos enquanto movimento e ligação nos demais setores, empreender denúncias políticas da ditadura de classe, do militarismo, dos acontecimentos e ações que indiquem maior dominação imperialista, econômica, política, geográfica, militar e ideológica.

ORGANIZAÇÃO DE BASE

Em nossas lutas é essencial que incentivemos a organização dos estudantes nos GTs, FTs, GRs, etc.. A solução dos nossos problemas não vem apenas como decorrência do uso das formas legais de luta - contato com professores, requerimento às direções das escolas, abaixo assinados, etc.. Invariavelmente temos que lançar mão das outras formas de pressão, como tomadas das escolas, por exemplo. Nestes casos sem uma organização sólida caem por terra nossos objetivos. Além disso as nossas denúncias de rua cada dia são reprimidas com mais rigor. A organização de base possibilita ao ME atingir seus objetivos de denúncia política, dá maior mobilidade e segurança e permite ao ME sobreviver enquanto movimento forte como utilizando formas de organização semi-clandestinas.

Devemos incentivar a formação dos grupos de trabalho. Mas os Gts não podem fechar-se em si mesmos. Eles devem promover assembleias nas classes, fazer murais, jornais, procurando atingir e comprometer o conjunto dos estudantes e expandir a organização. Nesse processo a organização de base que muito dificilmente atingirá a totalidade dos estudantes deve firmar-se como direção das discussões, das manifestações, da segurança, etc.

A organização de base não deve apenas ser construída visando objetivos imediatos do ME por exemplo - uma manifestação de rua. Ela deve se firmar numa prática contínua assumindo daqui para diante a forma de organização clandestina que propicie o fortalecimento progressivo do ME, adaptando-se às condições do momento.

FORMAS DE LUTA

Definido o objetivo do ME de uma determinada escola, num determinado momento, como o boicote à PEG, denúncia política da ditadura há de se escolher a melhor forma de luta.

Todos os GTs devem discutir sempre não só os objetivos do movimento, como também as condições do momento, a repressão e contra-propaganda (isto é, os instrumentos do inimigo), normas de segurança e a melhor forma de luta.

Não existe uma forma de luta eterna. Não devemos confundir formas de luta com a própria luta. Nem sempre fazendo passeatas estaremos cumprindo com os nossos objetivos. Entendemos portanto, que a organização de base deve discutir sempre qual a melhor forma de luta a ser empregada.

Não existe uma luta dentro das escolas e outra fora delas. Um movimento de excedentes p.ex. pode levar as manifestações de rua.

Atualmente o M.E. tem levado a prática formas de lutas novas que são a própria exigência de evolução que a repressão nos impõe. As tarefas de panfletagem, colagem, comícios-relâmpagos e comícios-propaganda tem servido de ótimos instrumentos de denúncia política e propaganda de nossas reivindicações. Tem evitado desgastar o M.E. com prisões e espancamentos. Tem servido para aprimorar uma organização e desmoralizar a repressão. Somos a favor de manifestações populares e grandes passeatas, sim. Mas quando a situação do momento permite e a ditadura está momentaneamente defensiva precisando se reconpor junto à opinião pública. Nestas ocasiões como assassinato de estudantes cria-se condições emocionais que contribuem para a mobilização dos demais setores. As vacilações da repressão, por outro lado permitem resistências rápidas e a desmoralização da repressão. Jamais devemos esquecer que a escolha das formas de luta deve levar em conta o inimigo. Nos não temos condições materiais para enfrentar a repressão. Devemos evitar posições suicidas e aventureiristas.

Quanto às provocações dos grupos para-militares como CCC devemos responder politicamente e ainda nos organizar em comandos especializados e responder a altura da provocação. Um recuo nosso significa um avanço dessas provocações e um esquecimento de que devemos nos preparar para violência também porque a ditadura e o desespero da minoria dominante assim o determinam.

DIREÇÃO POLÍTICA

O Movimento Estudantil não se resume em líderes. Eles são necessários e surgem normalmente da própria prática do M.E. No entanto não devemos esquecer da formação em cada local de atuação do M.E. das direções políticas. Com a queda do XXXº Congresso o M.E. paulista se reconstruiu com facilidade nos locais em que além dos líderes existia a direção política. Na capital essa direção desde abril deste ano foi exercida pela coordenação geral da U.E.E. Com a crise da morte de Edson Luis colocava-se para o M.E. em São Paulo a necessidade da criação de um organismo que contasse com representantes de todas as escolas e que baseado nas decisões tiradas em todas as faculdades traçasse o caminho a ser seguido pelo M.E. em São Paulo. Essa experiência foi benéfica. Acha-mos que a Coordenação Geral UEE-SP deve ser fortalecida e servir de base para o surgimento de outras coordenações no interior.

Reconhecemos que para uma atuação mais homogênea do M.E. paulista todas as faculdades de uma mesma região de São Paulo devem constituir coordenações gerais ligadas às secretarias regionais da UEE.

O número de Coordenações do interior e as escolas que a comporão serão definidos pelos próprios colegas do interior. Para tanto será convocado logo no início do ano uma reunião aberta de todos os CAs e DAs de acordo com as condições específicas de cada região para traçarmos um plano minucioso de trabalho no interior. O importante é entender o que são as CGs.

Delas farão parte além de um membro da UEE ligado à diretoria, representantes eleitos em todas as faculdades que deve trazer para a CG posições discutidas na sua escola. Na escola em que os CAs não aceitar a UEE o representante deve ser eleito nos GTs, formados nessa faculdade e que são os que dirigem na faculdade o trabalho político.

As divergências devem ser trazidas para a CG. Repudiamos como todos os estudantes a formação de organismos paralelos, a revelação das nossas divergências para a imprensa como forma de briga por posições, e o estabelecimento na prática tirada na posição da maioria do divisionismo destrutivo.

O importante é ressaltar que nunca teremos em termos de forma de luta a mesma orientação para o estado inteiro. Estas tem que ser definidas segundo as condições de cada faculdade e características de cada região. As CGs. UEE seriam apenas a garantia da existência de uma coordenação que estabeleça a partir das bases as linhas nestras para o M.E. paulista desde que todas as CGs. sejam legítimas; isto é, os representantes saiam das bases do M.E. e não sejam nomeados por uma cúpula.

Para ilustrar, jamais uma palavra de ordem greve por exemplo será dada por um estado inteiro porque isso depende das condições de cada escola. No entanto a participação do M.E. no próximo 1º de maio poderá ser homogênea se todas as CGs. se preocuparem a discutir essas participações. N

Não eliminamos de modo algum o Conselho da UEE e os Conselhos dos DCEs que deverão sempre que convocados, ser preparados com relativa antecedência para consulta geral a todos os estudantes.

A formação das CGs e consolidação da CG-UEE capital, as discussões políticas que serão levadas a efeito nessas coordenações, a natureza aberta dessas CGs., exigência de legitimidade na escolha dos representantes por escola, tudo isso constituirá a garantia sólida para o surgimento do M.E. paulista capaz de resistir a todas as investidas dos nossos inimigos.

A ENTIDADE

As CGs-UEE dirigirão as lutas do M.E. paulista nessa medida são as próprias CGs que deverão criar condições para o desenvolvimento dessas lutas. A ela cabe organizar o comitê de agitação e propaganda encarregados de planejar e centralizar as tarefas de panfletagem, cola

gen, condições-propaganda, etc.; os comandos de segurança para planificação e organização dos esquemas de auto-defesa para nossas manifestações a exemplo dos outros estados e da capital; as campanhas de finanças, contatos com outros setores, etc.

Apesar de todos esses encargos caberem as CGs-UEE, à entidade ainda cabe uma série de providências.

1. Organizar as Secretarias Regionais que coordenarão o trabalho da entidade nas diversas regiões de S. Paulo. Os centros dessas Secretarias Regionais serão definidos segundo um planejamento tirado do Conselho de Interior a ser realizado no princípio do ano e será alterado quando for necessário.

2. Construir um instrumental que garanta à entidade auxiliar o M.E., as discussões no seu seio, as atividades culturais e a divulgação das nossas lutas para a população. Nesse sentido consolidaremos os seguintes departamentos da UEE-sp com centro na capital devido ao oferecimento de melhores condições, mas com ramificações pelo interior.

Departamento de Imprensa - Jornal da UEE
Revista da UEE
textos para discussão
jornais murais circulantes, etc.
Departamento Cultural - Conferências
Teatro
Cinema
Feiras de Livros, etc.
Departamento de Propaganda - Cartazes, Painéis, etc.

As finanças deverão ser construídas em cima dos saldos dessas atividades e contribuições dos Centros Acadêmicos.

Este programa não se pretende completo. Ele é modificável com o tempo e com as contribuições que forçosamente deverão ser dadas pelos colegas. Além disso, já no início do ano devemos ganhar os colegas para o trabalho da entidade. O seu cumprimento cabe a todos nós. Apenas constitui uma proposta que parte da prática da entidade em 68, do reconhecimento dos seus erros e da disposição e condições que agora temos de consolidar uma das entidades mais fortes do Brasil.

A UEE-SP SÃO TODOS OS ESTUDANTES

A UEE-SP SOMOS NÓS

CHAPA UEE-SP

PRESIDENTE - BERNARDINO FIGUEIREDO (FILO-USF)

1º VICE-PRES. - FERNANDO LEONEL - (XI - Agosto).

Eleições dia 12/11

VOTE VOTE VOTE VOTE VOTE VOTE VOTE